

Vaquinhas, N. (Coord.). (2024). *Atas do V Encontro de História de Loulé (30 de setembro e 01 de outubro de 2022)*. Câmara Municipal de Loulé – Arquivo Municipal.

ANA MARGARIDA DIAS DA SILVA

Investigadora integrada no

Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra

anasilva@fl.uc.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1247-8346>

No âmbito do VII Encontro de História de Loulé realizado nos dias 27 e 28 de setembro de 2024, foram apresentadas as atas relativas ao V Encontro de História de Loulé, que se realizara nos dias 30 de setembro e 1 de outubro de 2022, editadas pela Câmara Municipal de Loulé, através do seu Arquivo Municipal.

Com coordenação do Doutor Nelson Vaquinhos, publica os textos de 15 autores que participaram do Congresso, em linha com o grafismo e edição dos números anteriores. O volume, com 247 páginas, e com uma ampla cronologia abre com o texto de João José Alves Dias, proferido na conferência inaugural, e subdivide-se em cinco (5) secções: Documentos e Heráldica; Saúde e epidemias; Ofícios, Defesa e Religião; Política e Finanças; Personalidades, Instituições e Revoltas populares; com um total de 14 textos.

No texto da conferência inaugural, “A importância da documentação local para a renovação da historiografia”, (pp. 7-10) João José Alves Dias começa por felicitar o Arquivo Municipal de Loulé pela salvaguarda de documentação produzida ao longo de séculos que contam a história do concelho, mas que é também um “arquivo nacional”, pois permite completar e/ou complementar pedaços da história de Portugal que faltam, por exemplo, no arquivo nacional. Ao mesmo tempo, diz, que a documentação existente no Arquivo Municipal de Loulé permite compreender o que anda

perdido, porque se guardaram fragmentos ou versões de edições do que falta noutros arquivos, do que dá exemplos. Termina com a importância de um arquivo, qualquer arquivo, para a produção historiográfica, com destaque para a documentação municipal.

A primeira secção — **Documentos e Heráldica** — abre com um texto de Pedro Pinto sobre “O inventário das escrituras da Câmara de Loulé (1381)” (pp. 11-24). O autor começa por explicar que, principalmente a partir dos séculos XIV e XV, muito devido à complexificação das relações da Coroa com os concelhos, houve um aumento exponencial de documentação. Dá exemplos de diversas tipologias documentais produzidas no âmbito das atividades das câmaras municipais, a que se juntava toda a documentação que emanava da Coroa e da administração periférica dirigida aos concelhos. No entanto, ressalva, “assim como eram criados, muitos documentos tinham uma existência efémera” (p. 11), a que se junta a perda e/ou destruição de documentos e arquivos por desleixo, acidentes, catástrofes naturais (como fogo) ou guerras. O autor passa então ao ponto principal: será possível reconstituir a paisagem dos arquivos medievais a partir de um inventário coevo? Oferece como exemplo o inventário do cartório de 1381 do município de Loulé, o mais antigo dos 10 inventários de cartórios medievais que se encontram no Arquivo Nacional Torre do Tombo. Apresenta a metodologia utilizada e as diversas questões a colocar na análise do inventário e afirma que as três características — ordem, dinâmica e acessibilidade — têm uma potencial característica temporal. Concretiza as possibilidades teóricas do uso desta tipologia documental. Por seu lado, o inventário de Loulé atesta um reduzido número de documentos no cartório (17) e omite cadernos ou livros cuja existência é referida noutro lugar. O autor explana o conteúdo do inventário e conclui que 60% são escrituras régias (10 documentos dos 17) e os demais documentos focam-se nas relações económicas com o concelho vizinho de Faro. Termina o autor com a feliz expressão de “arca-tesouro” (p. 21) significando o que reunia “num único espaço portátil” (p. 21) as escrituras que durante mais de um século o concelho foi obtendo da Coroa, para defesa dos direitos do concelho de Loulé. Nenhum dos documentos sobreviveu, não existem no Arquivo Municipal de Loulé e não existe outro inventário camarário da vila para cotejo.

O segundo texto, intitulado “O foral novo de Loulé no contexto do reinado de D. Manuel I” (pp. 25-37) da autoria de José Manuel Garcia, contextualiza o foral de 1 de junho de 1504 na atividade global do soberano, falecido em 1521, sendo que o foral de Loulé já foi estudado e publicado (Serra, 2004). O autor começa por referir o número de moradores de Loulé

na época manuelina e chega à conclusão que o concelho ocupava o quinto lugar entre os concelhos mais habitados do Algarve, que, em 1527, teria 4599 habitantes. Passa depois para as reformas elaboradas por D. Manuel I durante o seu reinado, de que destaca a mais ambiciosa de todas: a reforma dos forais do país, projeto que decorreu entre 1495 e 1520.

O terceiro texto é da autora Lina Maria Marrafa de Oliveira e é sobre “O Brasão de Armas de Loulé: estudo histórico-artístico dos símbolos heráldicos do município de Loulé” (pp. 39-70). A autora apresenta, numa sequência cronológica, os testemunhos materiais de símbolos identificativos assumidos pelos concelhos e escolhidos nas assembleias dos homens-bons: aquilo que chama de uma proto heráldica. Começa pelos selos e o seu conteúdo iconográfico — castelos, cursos de água, hagiografia, elementos vegetalistas ou zoomórficos, astrológicos, até novas iconografias como cavaleiros de bandeiras usados ao longo dos séculos XIV e XV. Passa, depois, para a análise da iconografia manuelina, através da qual D. Manuel veiculou os seus objetivos de afirmação, centralização do poder e propaganda régia e pessoal, de que a cruz da Ordem de Cristo e a esfera armilar são exemplos maiores, e nível concelhio, afirmando-se através da renovação dos forais. Os símbolos de carácter utilitário e identificativo usados pelos concelhos foi progressivamente sendo substituído por um valor de atestado de nobreza durante a época moderna, diz-nos a autora. A partir do século XVI são elaborados os primeiros registos de heráldica pelos concelhos. A novidade foi a fixação dos símbolos concelhios num escudo, originando um verdadeiro brasão de armas e, conseqüentemente, o nascimento da heráldica autárquica, embora sem legislação adequada, o que se manteve até ao século XIX com o Liberalismo, altura em que serão elaborados decretos para a sua regularização. No século XX a legislação sucede-se e as determinações dos símbolos a usar. No caso de Loulé, os selos proto heráldicos usados pela edilidade remontam ao século XIV, embora se desconheça a sua iconografia, pois até à data não se encontrou numa matriz sigilar. Assim, o exemplar mais antigo que a autora considera é o brasão real que está hoje no Chafariz das Bicas Velhas — onde figura um loureiro (associado ao topónimo Loulé, com lenda D. Fernando I de Leão afirmou *Lauros est* que passou a *Lauroé*, *Laulé*, Loulé — embora haja também hipótese de nome moçárabe Al-‘Ulya olival e oliveira). Outra pedra talhada em relevo, junto desta, teria um loureiro sobre um castelo, seria, pois, a primeira figuração simbólica de tipo heráldico do município de Loulé. Apresenta fontes documentais e iconográficas para atestar o que diz. Depois elenca autores e obras publicadas sobre o assunto.

Saúde e Epidemias é o título da segunda secção. Começa com um texto de André Filipe Oliveira da Silva que escreve sobre “Algumas questões sobre a lepra no Portugal Medieval a partir do caso de Loulé” (pp. 71-82), objeto de estudo dos historiadores da Idade Média que o autor explora a partir do Arquivo Municipal de Loulé. O autor começa por contextualizar os estudos sobre a lepra a nível internacional, com a renovação da historiografia sobre a lepra nas últimas duas décadas, passando depois para a investigação que se tem feito em Portugal neste domínio. Após este contexto alargado, o olhar do autor afunila para o caso de Loulé, explicita fontes que foram utilizadas e enuncia a questão a que procura responder: haveria ausência de leprosos em Loulé? Aceita que é possível que Loulé tenha tido gafos sem ter tido uma gafaria. Afirma que “A história da lepra no al-Andaluz e no Norte de África medieval permanece ainda maioritariamente por fazer” (pp. 74-75) e que “Não há, por ora, um trabalho exaustivo de identificação e mapeamento de gafarias medievais portuguesas.” (p. 76) o que dificulta a sua investigação. No Algarve, assinala a existência da ermida de S. Lázaro em Tavira e da gafaria de Lagos. Para Loulé não conseguiu localizar nenhum destes espaços, o que pode indicar que a lepra era presença pouco frequente ou inexistente no concelho.

Ainda no capítulo da saúde, Joana Balsa de Pinho apresenta “Epidemias, saúde ambiental e experiências urbanas em Loulé (séculos XIV-XVI)” (pp. 83-94), investigação que decorre, segundo a autora, do conceito de *health-scaping* (*health environment* – saúde ambiental) aplicado ao contexto louletano entre os séculos XIV e XVI, trabalho que amplia outra investigação realizada e publicada pela autora na revista do Arquivo Municipal de Loulé *Al-’Ulyá* (n.º 24 de 2021). Começa por explicar o que significa o conceito, depois a sua aplicação e as fontes documentais utilizadas — as atas de vereação da câmara municipal de Loulé, que registam, entre outros assuntos, questões sobre a salubridade e higiene no aglomerado urbano. Pela leitura das atas, a autora conclui que “a implementação de medidas preventivas de cariz físico, social, legal, administrativo e político, que assegurassem a saúde, segurança e bem-estar das populações, foi também uma realidade para as sociedades pré-modernas, mesmo em localidades com uma escala territorial mais modesta” (p. 85). O que mais gerou atenção ao nível da saúde ambiental no concelho foram os animais, em especial o gado — a sua alimentação, a destruição de colheitas, a utilização da água, e a circulação dos animais. Mas também o fogo e as queimadas, e as respetivas multas caso o fogo fizesse dano, e a utilização do espaço público, do rossio, os caminhos e as serventias, a necessidade de reforçar as calçadas ou de reparar muros.

Nas atas a autora encontra as medidas a implementar, a aplicação de coimas para infratores, a concessão de autorizações, as reparações e as obras de manutenção do espaço público.

Florbela Veiga Frade apresenta-nos “Os médicos cristãos-novos de Loulé no século XVII e XVIII” (pp. 95-190), em particular os casos de João Leitão, António de Mesquita e Manuel de Arroio Navarro. Os três têm em comum o facto de serem cristãos-novos, formados em Medicina pela Universidade de Coimbra e de terem exercido a sua profissão no hospital municipal como médicos do partido. A autora mostra em detalhe a perseguição que foi feita pelo Tribunal do Santo Ofício, nomeadamente a Inquisição de Évora. Termina com uma breve contextualização sobre a formação médica em Portugal e no estrangeiro, onde eram aplicadas as regras de limpeza de sangue (não podiam ser descendentes de mouros ou judeus ou de outra infecta nação), mas conclui que, no entanto, muitos cristãos-novos estudaram em Coimbra.

No âmbito da terceira secção — **Ofícios, Defesa e Religião** — outros três artigos são apresentados. “Tecedeiros, tecelões e alfaiates em Loulé nos finais da Idade Média” (pp. 111-126) é o título do artigo de Joana Sequeira que procura perceber quem eram os mesterais do têxtil e do vestuário em Loulé, no século XV, enquadrando o estudo no cenário historiográfico português. Como os municípios tinham a seu cargo a regulamentação do trabalho artesanal e industrial, as atas de vereação, as posturas e os tabelamentos municipais são as fontes primordiais para este estudo. A autora apresenta tipos de vestuário de homens, mulheres e crianças; os preços dos panos e das matérias-primas; a confirmação ou não de privilégios dados pelas vereações; os níveis de vida destes profissionais; e a evidência dos membros da comunidade judaica nestes mesteres.

João Nisa leva-nos “Por terra e por mar. O serviço militar em Loulé no reinado de D. Afonso V (1438-1481)” (pp. 127-145) com o objetivo de responder à questão: “como se preparava Loulé para a guerra, uma vila virada para o mar e com responsabilidades em terra?” (p. 127). O autor começa por afirmar que, na Idade Média, cada homem era um guerreiro, sendo possível ser chamado para a guerra a qualquer momento, apenas escusado por limite de idade, circunstâncias especiais ou incapacidade física. Após um breve enquadramento internacional, centra-se no contexto português, onde há já inúmeros estudos sobre a prática da guerra. O autor faz um breve historial cronológico das particularidades lusas nesta matéria, para chegar aos aquantados de Loulé, informação que “surge porque os indivíduos necessitavam de obter do monarca a sua carta de pousado, ou seja, de aposentado do serviço militar”, (p. 130) quer fosse por invalidez, incapacidade ou limite de

idade (70 anos). O oficialato local está bem registado, diz-nos, com coudéis e escrivães de coudelaria, com a carta de coudelaria copiada nos livros de atas de vereação de Loulé. O autor destaca que “Uma das particularidades de Loulé reside no elevado número de moradores pertencentes às minorias étnico-religiosas — judeus e mouros — instalados no seu território. Tal como os seus concidadãos cristãos, não estavam isentos de prestar o serviço militar devido ao rei.” (p. 132). Apresenta os besteiros do conto de Loulé, instalados no concelho por ordem de D. Afonso IV, a quem, mais tarde, D. Afonso V atribuiu inúmeros privilégios, enumerados pelo autor. Acrescenta que “Os anadéis locais possuíam importantes funções relacionadas com o recrutamento, organização e mobilização dos besteiros do conto.” (p. 137). E destaca a única referência a um anadel em Loulé: Vasco Esteves. Termina com os besteiros de cavalo, que gozavam de inúmeros privilégios, mesmo quando se aposentavam, o que gerou sucessivas manifestações. Ao tempo de D. Afonso V apenas dois anadéis em Loulé aparecem referidos na chancelaria régia. Por fim, apresenta o recrutamento de louletanos para várias situações de guerra ou para as praças no norte de África.

A terminar esta secção, Mário Farelo apresenta o trabalho “A vinculação na igreja de São Clemente de Loulé (sécs. XIV-XVII)” (pp. 147-169), sistema que, segundo o autor, “subsistiu durante cerca de 600 anos (entre finais do século XIII e 1863), data da legislação que aboliu os morgados (com a exceção dos pertencentes à Casa de Bragança)” (p. 147). O autor estabelece as características de um vínculo, «casas da alma», e escreve que “São Clemente foi a única paróquia medieval louletana, uma vez que as instituições regulares estabelecidas no território louletano foram em número reduzido e relativamente tardias” (p. 151). O autor apresenta as fontes a partir das quais se pode analisar o vínculo da igreja de S. Clemente em Loulé, para, de seguida, dar exemplos de instituidores de capelas na referida igreja, a primeira referida em carta régia de 1472 por João Eanes Pica. Percorre todo o século XV e XVI, desde as capelas de instituições até às de familiares. Por fim, questiona-se sobre a falta de vinculação antes do século XIV, dando várias hipóteses interpretativas para o facto.

Política e Finanças é o título da quarta secção que começa com um estudo de Marco Alexandre Ribeiro sobre “Os Mesterais e a Vereação: a relação entre a elite camarária louletana e os mesterais no final da Idade Média” (pp. 171-192), para cujo trabalho recorre aos livros de atas de vereação de Loulé de forma a compreender essa dinâmica. Como diz o autor no resumo: “Esta abordagem permitirá compreender em maior forma os modos de vida em sociedade e as relações políticas, económicas e sociais entre

diversos corpos sociais distintos dentro de um espaço e tempo claramente definidos.” (p. 171). O autor enquadra o estudo no contexto nacional, apontando a bibliografia especializada sobre o tema, e aproveita as metodologias adotadas em estudos coevos para aplicar ao caso louletano, procurando preencher uma lacuna. Os mesterais eram um grupo importante no quotidiano das vilas e cidades, pela sua atividade profissional, produção artesanal e gestão financeira dos espaços urbanos, escreve. E acrescenta:

Agrupamos neste vasto e heterogéneo corpo social todos os que tinham enquanto ocupação profissional exclusiva ou compensatória a transformação de matérias-primas em bens de valor acrescentado. A estes juntamos ainda alguns indivíduos que se ocupavam da venda destes bens, já que os próprios produtores eram, muitas vezes, também vendedores. Quer isto dizer que a um conjunto composto de carneiros, sapateiros, alfaiates, ourives, padeiras, tecedeiras, ferreiros, carpinteiros ou pedreiros se juntaram aqui também regatões e regateiras. (p. 174)

Para Marco Alexandre Ribeiro, “a natureza das profissões também se materializava em condições socioeconómicas distintas entre os vários mesterais” (p. 174), o que significa uma diferença nos estatutos económicos dentro deste grupo heterogéneo. Aponta a inegável riqueza de informação existente nas atas de vereação para o estudo dos espaços urbanos (mas também do conjunto do reino) no período final da Idade Média, enquanto permitem perceber de que forma os mesterais se envolveram ou se afastaram do exercício de governo da vila de Loulé. Afirma que

Esta participação materializar-se-ia, por isso, não no exercício deste ou daquele cargo de maior ou menor importância na hierarquia do poder local medieval, mas sobretudo numa mais ou menos relativa capacidade de negociação, diálogo ou confronto entre os mesterais e as instâncias do poder institucional. (p. 179)

Complementa o estudo com os níveis de literacia dos indivíduos analisados, através das assinaturas dos Mesterais existentes neste corpo documental.

“Quando a vila é chamada a contribuir: o pedido régio de 1468 em Loulé” (pp. 193-214), de Catarina Rosa, explora este imposto geral extraordinário votado em Cortes no valor de 60.000 florins. Este imposto régio generalizou-se a partir de 1385 (crise dinástica de 1383-1385 e início da guerra com

Castela que se prolongou até 1411), e estendia-se a todo o território português, prerrogativa de exclusivo usufruto régio, à semelhança do que acontecia noutros reinos medievais da Europa ocidental. A autora faz notar que “os pedidos configuravam um imposto direto que incidia sobre a fortuna pessoal das pessoas tributáveis, pelo que a sua arrecadação implicava um trabalho prévio de avaliação dos bens móveis e imóveis dos contribuintes” (p. 195). A documentação utilizada para este estudo incide nos cadernos ou róis dos contribuintes, correspondentes a uma freguesia, quadrilha ou localidade, distinguindo-se entre os cadernos do povo e os cadernos dos privilegiados. A autora assevera que estes cadernos configuram uma tipologia documental escassa no contexto da documentação medieval portuguesa e que, na verdade, Loulé é o único concelho ou, como prefere dizer, a única sede de almoxarifado, da qual existem exemplares desta documentação, sendo conhecidos oito cadernos completos e um fragmento, referentes a quatro pedidos diferentes, aqui identificados pelas reuniões de Cortes em que foram votados (1460, 1468, 1473 e 1478). A autora explora os cadernos dando conta do número de contribuintes e sua qualidade, dos escalões onde se inseriam, dos montantes pagos e os quantitativos obtidos.

A última secção — **Personalidades, Instituições e Revoltas populares** — começa com o artigo de Teresa Fonseca que nos apresenta “Tensões sociais na freguesia do Ameixial sob o regime miguelista. A prisão de Joaquim Palermo de Aragão” (pp. 215-224) a pretexto da revolta liberal desencadeada no Algarve a 25 de maio de 1828 e que serviu de desculpa para prender alguns presumíveis adversários de D. Miguel. A autora apresenta a personagem principal: “Natural de Loulé, de 33 anos de idade, casado com Maria do Pilar e residente no Ameixial, Joaquim Palermo de Aragão possuía propriedades nesta freguesia, onde era ainda capitão de ordenanças” (p. 216).

Leonor Calvão Borges apresenta-nos os “Parlamentares Louletanos dos séculos XIX e XX” (pp. 225-234) “tendo por base as fontes primárias da documentação existente no Arquivo Histórico Parlamentar, bem como as bibliografias parlamentares já publicadas” (p. 225). Começa por enquadrar o início da instituição parlamentar, com a Constituição de 1822 — Monarquia Constitucional até chegar à revolução de 5 de outubro de 1910 e a instauração da República, com a Assembleia Nacional Constituinte que daí resultou, e que aprovou a primeira Constituição republicana a 21 de agosto de 1911, altura em que o parlamento passou a designar-se Congresso da República, sendo constituído pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. A autora identifica 14 deputados louletanos entre 1874 e 1965 (dois na Monarquia Constitucional, quatro na 1ª República e sete no Estado Novo) e traça o seu

perfil sócio-económico-profissional, assim com o número de legislaturas em que serviram. A autora esmiúça em detalhe a atividade parlamentar dos louletanos no parlamento português.

“Natureza algarvia no pensamento de agrónomos e silvicultores no Estado Novo: Gomes Guerreiro e Leal de Oliveira” (pp. 235-243) é o título do artigo de Ignacio García Pereda. O autor explica as ideias destes dois técnicos para o Algarve e as questões ambientais que os preocupavam. Começa por fazer o enquadramento nacional com a criação de diferentes organismos ao longo do século XX, sobretudo a partir da década de 1930, e a institucionalização de dias comemorativos, como o Dia da Árvore ou o Dia da Floresta, as reformas realizadas ou tentadas na e fora da Assembleia Nacional, e a necessidade de criação de parques nacionais ou reservas em Portugal continental. O autor explica a mudança na paisagem e a crescente desertificação, e esclarece que “Os primeiros espaços protegidos do Algarve só foram criados em democracia, quando o silvicultor e arquiteto paisagista Fernando Santos Pessoa trabalhava com o arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles no Governo.” (p. 241).

Os artigos acima brevemente sintetizados demonstram bem a importância das fontes salvaguardadas no Arquivo Municipal de Loulé para a história do concelho. Ao mesmo tempo, a qualidade dos textos e dos autores atestam a capacidade do Arquivo Municipal de Loulé em captar o interesse sobre os seus documentos e a memória que salvaguarda.

Referências bibliográficas

- Pinho, J. B. (2021). Saúde, segurança e bem-estar das populações de Loulé (1495-1521): o contributo das atas de vereação. *Al-'Ulyá* – Revista do Arquivo Municipal de Loulé, n.º 24, pp. 79-92.
- Serra, M. P. (Coord.). (2004). *Foral de Loulé de 1504 – D. Manuel*, Loulé: Câmara Municipal de Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé.

BAUC VOL. 38-2, 2025

NOTA DE APRESENTAÇÃO

ESTUDOS

A Ciência da Informação na Universidade de Coimbra:
Um estudo epistemológico das investigações desenvolvidas
nos 2.º e 3.º ciclos de estudos
Paulo Vicente; Maria Beatriz Marques; Liliana Isabel Esteves Gomes; Carlos Guardado da Silva

Dois anos de vida com o Cartório das Propriedades: Fontes judiciais
do ambiente construído de Lisboa do século XVIII e inícios do século XIX
Sandra M. G. Pinto

Educar para a missão: A presença das Irmãs de São José de Cluny
em Coimbra e o Colégio da Rainha Santa Isabel (1875-1941)
Filipe Miguel de Andrade Campos

Miscelánea de arte y poder en las encuadernaciones heráldicas
de la Biblioteca Arzobispal de Granada
Carlos Díaz-Redondo; Elvira-Julieta Miguélez González

Monarquia e arquipiscopado: As duas mortes de D. Diogo de Sousa,
arcebispo e senhor de Braga (1505-1532)
Isabel dos Guimarães Sá

Os profissionais da informação da Região do Algarve: 2020-2025
Carlos Guardado da Silva; Alexandra Centenico

O que lê um guarda dos cárceres do Santo Ofício de Coimbra:
A biblioteca de António de Moraes da Costa (1769)
Isabel Drumond Braga

Las visitas pastorales en los Archivos Eclesiásticos, fuentes para la investigación histórica: El ejemplo de los
Archivos-Eclesiásticos de Mérida-Badajoz
Guadalupe Pérez Ortiz; Agustín Vivas Moreno; Sonia López Ortiz

RECENSÕES CRÍTICAS

Museu e Bibliotecas do Porto, & Câmara Municipal do Porto. (2023, agosto a 2024, setembro).
Comemoração do Centenário do Nascimento de Fernando Távora (1923-2023) [Exposição e Programa].
Programa Távora 100, Porto. 468 p., 4 h., grab., mapas, fotos, enc. pasta dura
Pedro López Gómez

Vaquinhas, N. (Coord.). (2024). Atas do V Encontro de História de Loulé (30 de setembro e 01 de outubro
de 2022). Câmara Municipal de Loulé – Arquivo Municipal
Ana Margarida Dias da Silva

ISSN

0872-5632

2182-7974

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra

Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

URL: <https://www.uc.pt/auc/>